



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA E DEMAIS EDIS

A vereadora que esta subscreve vem, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica do Município, após ser dada ciência ao Plenário desta Casa de Leis, requerer que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº /2025

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO
INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA ÓRFÃ
OU SEM AMPARO FAMILIAR, NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DA SERRA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município da Serra, a Política Municipal de Proteção Integral à Pessoa com Deficiência Órfã ou Sem Amparo Familiar, com a finalidade de assegurar a garantia de direitos, a dignidade, a inclusão social e a proteção integral dessas pessoas.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I – pessoa com deficiência: aquela definida nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- II – pessoa com deficiência órfã: aquela que não possua pai e mãe vivos ou responsáveis legais;
- III – pessoa com deficiência sem amparo familiar: aquela que, embora possua familiares, não conte com apoio, cuidado ou condições adequadas de proteção e assistência.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal:

- I – garantir proteção social integral à pessoa com deficiência órfã ou sem amparo familiar;
- II – promover o acesso aos direitos fundamentais, especialmente à saúde, educação, assistência social, moradia, trabalho e renda;
- III – prevenir situações de abandono, negligência, violência ou exclusão social;
- IV – promover a autonomia, a inclusão comunitária e a participação social.

Art. 4º A Política Municipal será executada de forma integrada pelos órgãos da Administração Pública Municipal, especialmente das áreas de assistência social, saúde, educação, habitação e direitos humanos, observadas as seguintes diretrizes:



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003100350036003A005000 Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
Site: www.camaraserra.es.gov.br E-mail: gabineteraphaelamoraes@gmail.com
ICP-Brasil.





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

- I – atendimento humanizado e individualizado;
- II – prioridade no acesso aos serviços e programas sociais do Município;
- III – articulação com a rede de proteção social, inclusive entidades da sociedade civil;
- IV – respeito à dignidade, à autonomia e às especificidades de cada deficiência.

Art. 5º O Município poderá assegurar às pessoas abrangidas por esta Lei, conforme avaliação técnica:

- I – acolhimento institucional ou familiar, quando necessário;
- II – acompanhamento psicossocial contínuo;
- III – acesso prioritário a benefícios, programas e serviços socioassistenciais;
- IV – apoio para inclusão educacional e profissional;
- V – encaminhamento para programas habitacionais, quando cabível.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar convênios, parcerias ou termos de cooperação com entidades públicas ou privadas, visando à implementação das ações previstas nesta Lei.

Art. 7º A execução da Política Municipal observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, correndo as despesas por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, estabelecendo critérios, procedimentos e instrumentos necessários à sua efetivação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 29 de dezembro de 2025.

RAPHAELA MORAES

Vereadora

Toda vida importa



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003100350036003A005000. Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
Site: www.camaraserra.es.gov.br / E-mail: gabineteraphaelamoraes@gmail.com
ICP-Brasil.





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo instituir a Política Municipal de Proteção Integral à Pessoa com Deficiência Órfã ou Sem Amparo Familiar, no âmbito do Município da Serra, como instrumento de garantia de direitos fundamentais e de promoção da dignidade humana.

As pessoas com deficiência que se encontram em situação de orfandade ou sem apoio familiar enfrentam múltiplas vulnerabilidades, que vão além das limitações impostas pela deficiência, incluindo abandono, exclusão social, dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais e maior exposição a situações de negligência e violência. Tal realidade exige do Poder Público uma atuação específica, integrada e contínua, capaz de assegurar proteção social efetiva e atendimento humanizado.

A Constituição Federal estabelece como dever do Estado a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, garantindo especial proteção às pessoas com deficiência. No mesmo sentido, a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) reafirma o compromisso com a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o respeito à dignidade da pessoa humana. No âmbito da assistência social, a proteção integral às pessoas em situação de vulnerabilidade é diretriz fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No contexto municipal, torna-se imprescindível a criação de uma política pública específica que reconheça as particularidades das pessoas com deficiência órfãs ou sem amparo familiar, promovendo ações articuladas entre as áreas de assistência social, saúde, educação, habitação e direitos humanos. A proposta não cria benefícios automáticos, mas estabelece diretrizes para o atendimento prioritário e integrado, respeitando a avaliação técnica e a disponibilidade orçamentária do Município.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei visa fortalecer a rede de proteção social, prevenir situações de abandono e exclusão, e promover a inclusão comunitária e a autonomia possível dessas pessoas, contribuindo para uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação da presente matéria, por se tratar de medida de relevante interesse público e social para o Município da Serra.

